

## A NATUREZA HISTÓRICO-SOCIAL DA PERSONALIDADE

LÍGIA MÁRCIA MARTINS\*

*RESUMO:* Este artigo analisa o processo de formação da personalidade a partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético. Esse processo ocorre em interação com as condições sociais objetivas da vida do indivíduo. Somente por meio da análise das alienadas relações sociais capitalistas é possível compreender-se a construção da subjetividade na sociedade contemporânea. Baseado nas contribuições teóricas de Lucien Sève e Aleksei N. Leontiev, este artigo formula uma análise crítica das abordagens que conceituam a personalidade como algo existente independentemente das atividades sociais. Essa análise do papel que as relações sociais desempenham na formação da personalidade é fundamental se se pretende descobrir maneiras concretas pelas quais a sociedade pode promover o máximo desenvolvimento de cada indivíduo.

*Palavras-chave:* Processo de personalização. Atividade. Consciência. Alienação.

### THE SOCIO-HISTORICAL NATURE OF PERSONALITY

*ABSTRACT:* This paper analyses the process of personality formation from the perspective of historical and dialectical materialism. This process occurs in interaction with the social objective conditions of the individual's life. Only through the analysis of the alienated capitalist social relations is it possible to understand the construction of subjectivity in our contemporary society. Based on the theoretical contributions of Lucien Sève and Aleksei N. Leontyev in the field of Psychology of Personality, this paper formulates a criticism of the approaches that conceptualize personality as something that exists independently of the social activities. This analysis of the role played by the social relations in personality formation is funda-

---

\* Lígia Márcia Martins é doutora em educação pela UNESP, campus de Marília, docente do Departamento de Psicologia da UNESP, campus de Bauru, e membro do Grupo de Pesquisa "Estudos Marxistas em Educação". *E-mail:* ricsalinasa@aol.com

mental if one intends to work out the concrete ways in which a society can promote the optimum development of each individual.

*Key words:* Personalization process. Activity. Consciousness. Alienation.

## Introdução

**E**ste artigo analisa o processo de personalização nos marcos do materialismo histórico-dialético, apontando o quanto esse processo condiciona e é condicionado pelas condições objetivas de existência dos indivíduos, o que impõe a compreensão sobre a construção da subjetividade humana em face das relações de alienação que imperam na sociedade capitalista. Ancorada fundamentalmente em preceitos teóricos de A. N. Leontiev e Lucien Sève, a referida análise contrapõe-se aos modelos explicativos nos quais a personalidade é tomada como um centro organizador que desde o nascimento dos indivíduos dirige suas estruturas psicológicas. O desenvolvimento máximo de cada personalidade não pode ser analisado senão pelo reconhecimento da mediação nele exercida pelas relações sociais existentes, o que se traduz pelo fato de que o pleno desenvolvimento da personalidade humana implica necessariamente uma transformação radical das relações sociais determinadas pela alienação.

### 1. A questão da personalidade em Sève e em Leontiev

O conceito personalidade, em seu sentido literal, aparece desde suas origens associado à noção de pessoa. Pessoa, termo derivado do latim *persona*, que significa máscara caracterizadora do personagem teatral, designa, na abrangência do termo, o homem em suas relações com o mundo. Essa abrangência, por sua vez, estende-se aos estudos sobre personalidade, que, em sua maioria, apresentam-se em acentuada conformidade com concepções idealistas, impregnados por significados abstratos e psicologizantes.

Pessoa e personalidade aparecem tomados como unidade e propriedade de um ser particular que suplanta a realidade concreta. A personalidade acaba por representar um sistema fechado sobre si mesmo, um centro organizador que desde o nascimento dos indivíduos dirige suas estruturas psicológicas, sendo abordada, portanto, como algo exist

tente dentro do homem e que meramente se atualizará sob dadas condições de existência.

Na medida em que esses modelos teóricos centralizam o indivíduo como instância nuclear do processo de personalização tomando-o de maneira dicotômica em relação ao mundo objetivo, não apreendem o fenômeno em sua totalidade concreta, isto é, na indissolúvel unidade entre o indivíduo e o gênero humano. É fato existir no indivíduo uma singularidade irreduzível às coordenadas sociais, mas a existência, o ser dessa singularidade, é exatamente sua construção genérica, uma vez que o homem apenas se individualiza por meio do processo histórico-social, posto que o indivíduo é um ser social singular única e exclusivamente na medida em que é um ser social genérico.

Fundamentados na epistemologia do materialismo histórico e dialético, pensadores como A. N. Leotiev e Lucien Sève,<sup>1</sup> entre outros, dedicaram especial atenção à questão da personalidade humana, construindo um sólido arcabouço teórico que entendemos estar sendo pouco explorado por estudiosos tanto da psicologia quanto de outras disciplinas. Este entendimento não pretere os desafios e vieses ideológicos impostos pelo capitalismo neoliberal vigente, que tem operado como obstáculo para a efetivação teórico-prática de uma psicologia crítica, verdadeiramente a serviço da construção de uma nova ordem econômico-social. Outrossim, reitera a premência de apropriações sobre os sistemas teóricos destes estudiosos, tendo em vista exatamente a instrumentalização para o enfrentamento desses desafios.

As idéias apresentadas pelos autores acima citados assentam-se em princípios segundo os quais os homens se realizam por intermédio da história que constroem, desenvolvendo-se a partir de condições biológicas e sociais. Essas condições representam as bases a partir das quais, ao longo de uma histórica evolução, desenvolve-se, por meio da atividade, o psiquismo humano. A atividade humana, que por sua natureza é consciente, determina nas diversas formas de sua manifestação a formação de capacidades, motivos, finalidades, sentidos, sentimentos etc., enfim engendra um conjunto de processos pelos quais o indivíduo adquire existência psicológica. O estudo desses processos psíquicos nos leva necessariamente ao plano da pessoa, do homem como indivíduo social real: que faz, pensa e sente, e é neste plano que nos deparamos com a personalidade.

Tomando a personalidade como objeto de uma ciência interdisciplinar que congrega, a partir dos pressupostos filosóficos do materialismo histórico-dialético, a psicobiologia, a sociologia, a antropologia e a psicologia, Sève propõe ser a “Ciência da Personalidade (...) o estudo de todo o conjunto da estrutura e do desenvolvimento das personalidades humanas reais (...) no âmbito da própria vida e de uma forma global” (Sève, 1979, p. 419-420).

Portanto, a ciência da personalidade é a ciência da vida real dos indivíduos, pela qual constroem uma maneira particular de funcionamento. O indivíduo, por sua vez, constitui-se em unidade com a sociedade e sua existência como tal reside exatamente em sua autodiferenciação para com aquela, o que lhe confere, inclusive, papel de sujeito no processo de construção dessa sociedade.

A compreensão da personalidade no “âmbito da própria vida e de uma forma global” determina a apreensão de seu desenvolvimento em circunstâncias objetivas, isto é, como resultado da atividade subjetiva condicionada por condições objetivas. Esta afirmação não subtrai da personalidade sua dimensão subjetiva, mas afirma sua objetividade, uma vez que a personalidade de cada indivíduo não é produzida por ele isoladamente mas, sim, resultado da atividade social e, em certo sentido, não depende da vontade dos indivíduos tomados em separado, mas da trama de relações que se estabelecem entre eles.

Entendemos que a formação do ser humano representa um processo que sintetiza o conjunto de fenômenos produzidos pela história humana, de tal forma que a construção do indivíduo se situa no cerne de uma construção mais ampla: a da humanidade. Neste sentido, a personalidade põe-se como atributo do indivíduo, ou expressão máxima da individualidade humana, de tal forma que a compreensão materialista da personalidade demanda uma compreensão materialista da individualidade.

Duarte (1993, p. 15-24) apresenta uma teoria geral sobre a construção histórica da individualidade, delimitando algumas categorias conceituais para a análise deste processo. Tais categorias, quais sejam, objetivação e apropriação, humanização e alienação, gênero humano e individualidade para-si, sustentam uma teoria acerca da formação do indivíduo, segundo a qual esta se efetiva pela me-

dição da realidade histórico-social, objetivando-se na e pela atividade histórica dos seres humanos.

Compartilhamos destas premissas e concebemos a personalidade como autoconstrução da individualidade por conquista de sua genericidade, ou seja, síntese de processos biológicos e psicológicos que em interação dialética com o meio transforma o indivíduo de maneira criadora e autocriadora graças à ação e consciência.

A construção do indivíduo pressupõe que durante sua vida ele vá apropriando-se das objetivações, garantindo sua própria objetivação como pessoa. Temos então que a personalidade representa uma objetivação da individualidade, o estilo pessoal que lhe configura e, como tal revela-se a continuidade na mudança permanente do processo de individualização. Estruturar essa continuidade, esta coerência interna, significa estruturar a personalidade, que para cada indivíduo se realiza segundo as condições concretas de sua vida aliadas às suas possibilidades para uma atividade consciente. Quanto menores forem essas possibilidades mais gerais e uniformes serão seus resultados, pois o que deveria ser continuidade e coerência internas se convertem em continuidade e coerência para com as influências externas. Apenas pela atividade e consciência a individualidade poderá destacar-se (superação da individualidade em-si em direção à individualidade para-si) e a estrutura da personalidade singularizar-se. Seu significado, portanto, é histórico, advindo das funções e realizações do indivíduo em sua vida concreta, ou seja, a personalidade é uma formação psicológica que se vai constituindo como resultado das transformações da atividade que engendra as relações vitais do indivíduo com o meio.

É neste sentido que Sève (1979, p. 436) define a personalidade como um complexo sistema configurado por relações sociais entre atividades. Analisando esta definição, dois aspectos merecem uma atenção especial, sendo eles o conceito de atividade e das relações (sociais) que se estabelecem entre essas atividades.

## 2. A atividade como unidade entre subjetividade e sociabilidade

Demonstrando relações com o próprio desenvolvimento do psiquismo, tanto Sève (1979) quanto Leontiev (1978b) abordam a

atividade, do ponto de vista de sua origem, como partindo de determinados motivos e encaminhando-se para determinados fins, exprimindo nessa trajetória uma dada relação do homem com seu meio.

O homem, como indivíduo, nasce dotado de necessidades elementares, vitais (biológicas), que inicialmente são satisfeitas pelas ações de outrem. À medida que o indivíduo começa a atuar, estabelecem-se vínculos cada vez mais dinâmicos entre as necessidades e os objetos que a elas atendem. Esses vínculos evidenciam que o estado de necessidade do sujeito não está registrado no objeto capaz de satisfazê-lo, ou seja, esse objeto precisa ser descoberto. Apenas como resultado dessa descoberta é que a necessidade vai adquirir sua objetividade e o objeto que é representado por esse processo de descoberta adquire a função estimuladora e orientadora da atividade, quer dizer, converte-se em motivo.

Em contrapartida, se a princípio do desenvolvimento a necessidade é condição para a atividade, quanto mais esta (atividade) se complexifica mais esta premissa se inverte, a tal ponto que a necessidade virá tornar-se seu resultado. Temos, por conseqüência, que as necessidades se transformam por meio dos objetos durante o seu processo de uso, o que reafirma a tese marxiana segundo a qual as necessidades se produzem, e possuem, portanto, uma natureza histórico-social.

Assim sendo, a atividade sustenta-se por dados motivos e orienta-se teleologicamente constituindo-se sob a forma de ações. As ações são componentes da atividade, são processos subordinados à representação do objetivo final a ser alcançado pela atividade e orientadas por seus fins específicos. Graças à complexificação histórica da atividade, esta pode ser decomposta em ações, cujos resultados imediatos não necessariamente coincidem com o motivo da atividade. Isso possibilita a inexistência de coincidência entre o fim específico da ação e o resultado final da atividade. Falamos portanto de ação quando o motivo que a subordina não é dado nela mesma mas na atividade da qual ela é parte integrante. Em contrapartida, assim como as atividades não podem ser analisadas em separado das ações, estas também não o podem ser em separado das operações. Por operações temos os processos operacionais da ação que são condicionados pelas condições objetivas postas ao indivíduo como pos-

sibilidades reais de sua atividade, representando as maneiras de se realizar uma ação em condições específicas.

Esta definição de atividade encerra a unidade dialética indivíduo/sociedade, pois ao mesmo tempo toda atividade é atividade de um indivíduo, e igualmente um aspecto das relações sociais, uma expressão de condições históricas objetivas.

O reconhecimento desta unidade é condição para a compreensão de que as relações que se estabelecem entre as atividades são relações sociais, ou seja, relações cujo produto para o indivíduo não possui uma natureza psíquica direta. Isso significa dizer que as relações entre as atividades não são determinadas pelas atividades mesmas, consideradas isoladamente e geridas psicologicamente, mas, sim, condicionadas pelas condições sociais objetivas que garantem a produção e reprodução dessas atividades.

As características da atividade determinam que o sujeito da ação possa refletir psiquicamente as relações entre ações (e seus fins), pois o sentido do ato já não se encerra em si mesmo, não se fecha na especificidade de seu fim, mas surge refletido em suas ligações com os motivos e as finalidades da atividade na qual se insere. Assim sendo, para que o homem possa apreender as ligações entre o motivo da atividade e as relações entre ações em seus fins específicos, há a necessidade de que estas conexões se firmem, a partir da ação concreta, na “cabeça” do homem; configurem-se sob a forma de idéias a serem conservadas pela consciência. Apenas por esta via poderá o homem atribuir significados e chegar ao sentido de suas próprias ações.

O princípio da unidade entre consciência e atividade demanda reconhecer o entrelaçamento entre ambas, que unas se objetivam sob a forma de atividade. Neste sentido a consciência não pode ser identificada exclusivamente com o mundo das vivências internas, com “o que está dentro”, mas, sim, apreendida como ato psíquico experienciado pelo indivíduo e, ao mesmo tempo, expressão de suas relações com os outros homens e com o mundo.

A indissociabilidade entre a consciência e as ações verifica-se, sobremaneira, no estabelecimento de relações entre significado e sentido. Segundo Leontiev (1978b, p. 94) os significados resultam das apropriações efetivadas pelos homens de todo sistema de objetivações elaborado historicamente. Em sua gênese são supra-individuais, fun-

dam-se em relações objetivas, na prática social da humanidade, pertencendo, acima de tudo, ao mundo dos fenômenos objetivamente históricos, representando as maneiras pelas quais os homens assimilam a experiência humana generalizada.

Mas as significações disponibilizadas como objetos de apropriações vão converter-se em dados do reflexo psíquico de um indivíduo determinado, passando a ocupar nele um lugar específico, a desempenhar um papel na vida desse indivíduo e em suas relações com o mundo, ou seja, adquirem um sentido subjetivo. Esse fato não ocorre em detrimento do conteúdo objetivo das significações; estas não perdem sua objetividade pois permanecem com seu caráter social geral, mas adquirem também um caráter particular, individual, resultante da interação real, ativa, que existe entre o indivíduo e o mundo que o cerca.

Leontiev (1978a, p. 113-123) afirma, ainda, que com a divisão social do trabalho as relações entre significado e sentido pessoal não são necessariamente coincidentes, observação fundamental no estudo da personalidade. A ruptura entre significados e sentido pessoal determina uma mudança na estrutura interna da consciência própria da sociedade de classes desenvolvida. Nela o trabalhador aparta-se de seu próprio trabalho e a sua atividade vai deixando de ser para ele o que ela é de fato. Por este processo, pode ir se estabelecendo uma absoluta discordância entre o resultado objetivo da atividade e o seu motivo, acompanhada conseqüentemente do descompasso entre seu conteúdo objetivo e seu conteúdo subjetivo, descaracterizador dos mais elementares sentimentos humanos. Esta ruptura se traduz psicologicamente na desintegração da unidade da consciência, outrora garantida pela compatibilidade entre significados sociais e sentido pessoal, dando origem ao aparecimento de uma relação de alienação entre eles.

Portanto, na estrutura motivacional da personalidade podem realizar-se movimentos de interpenetração entre significado e sentido pessoal, de produção do sentido a partir do significado, a proposição de novos sentidos pessoais a significados existentes re-significando-os ou, ainda, a ruptura, a alienação entre significados e sentido pessoal. É por esse movimento que tanto os significados quanto os sentidos pessoais se afirmam como processos psicológicos mediadores da hie-



rarquia de motivos e atividades, núcleo da estrutura motivacional da personalidade. Esse processo, por sua vez, é acompanhado de reações emocionais e sentimentos ou, por outra, revela-se também como vivência emocional que se diferencia em duas categorias fundamentais: as emoções e os sentimentos. Segundo Leontiev (1978b, p. 154-156) as emoções cumprem a função de sinais internos e resultam das relações entre necessidades, motivos e possibilidades de realização das atividades que respondem a eles. Motiva reação emocional aquilo que acena positiva ou negativamente à satisfação dos motivos da pessoa. Expressam-se como reflexo sensorial direto ou vivência imediata da atualização do motivo em atividade, prescindindo, portanto, de mediações cognitivas.

Como processo, as emoções surgem da atividade cerebral segundo transformações registradas a partir do mundo exterior. Assentam-se na vivência da satisfação de necessidades orgânicas, ou primárias, bem como de reações relativas à sensações e percepções. Por isso têm sempre um caráter circunstancial, podendo ser motivadas por qualidades isoladas dos objetos.

Os estados emocionais do homem possuem uma história de desenvolvimento, pois em decorrência da complexificação da atividade humana foram também se complexificando e sofrendo diferenciações, adquirindo uma dimensão motivacional na medida em que sustentam o sentido do experimentado, podendo por esta razão tanto organizar quanto desorganizar a atividade.

É sob influência decisiva da cultura que as atitudes emocionais, os afetos, vão adquirindo o caráter de sentimento. Os sentimentos são específicos dos homens, possuem natureza histórico-social, originando-se de necessidades e vivências culturais e organizando-se em função das condições sociais de vida e das atitudes do homem perante suas experiências. Embora possuam uma dimensão individual, por sua natureza são sempre sociais e históricos.

Diferentemente das emoções ou afetos, que são sempre circunstanciais, os sentimentos podem ter um caráter circunstancial ou constante e prolongado, podendo em sua manifestação, inclusive, independer de uma situação exatamente determinada.

É por esta razão que os sentimentos dependem sempre de objetos e fenômenos em conjunto e não de suas propriedades isoladas,

motivando-se por complexas relações temporais estabelecidas entre a experiência passada, as expectativas futuras e a realidade presente.

É tendo em vista a unidade existente entre os aspectos motivacionais e emocionais da atividade que Leontiev (1978b, p. 157-158) estabelece uma distinção entre motivos geradores de sentido e motivos-estímulo.

Os motivos geradores de sentido são aqueles motivos que ao impulsionarem a atividade lhe conferem sentido pessoal. Na atividade por eles desencadeada existe uma unidade consciente entre motivos e fins, ou seja, entre o “porquê” e o “para que” da atividade; possuem uma dimensão teleológica e, por isso, ocupam um lugar de destaque na estrutura afetivo-emocional da personalidade.

Já os motivos-estímulo, coexistentes com os primeiros, cumprem o papel de fatores impulsores, positiva ou negativamente, da atividade. Sua função é essencialmente sinalizadora e por isso carecem da função de gerar sentido. Revelam-se como vivências diretas, imediatas, nas quais os motivos que se expressam na qualidade de sinais internos não estão contidos de forma direta e explícita.

As relações hierárquicas estabelecidas entre motivos geradores de sentido e os motivos-estímulo são, por sua vez, estabelecidas pela atividade da pessoa, de tal forma que numa atividade certo motivo pode cumprir a função de gerar sentido e em outra, a função de estimulação complementar e vice-versa. Dessa forma, a estrutura motivacional da personalidade apenas pode ser desvelada na análise de todo o sistema de atividades, pelo qual ambas, estrutura motivacional e personalidade, formam-se.

Destas proposições decorre uma questão importante que se refere à consciência que o indivíduo tenha dos motivos da atividade. Primeiramente, é preciso considerar que a existência de motivos e a consciência sobre eles são dois fenômenos distintos, do que se deduz que podem ocorrer atividades cujos motivos se encontram ocultos para o sujeito. Os motivos não-conscientes, porém, possuem a mesma determinação que qualquer outro, só podendo ser reconhecidos pela pessoa com o auxílio de sua relação com o mundo exterior.

Rubinstein (1978, p. 19), referindo-se às vivências inconscientes, afirma que na base da inconsciência de uma vivência reside a inexistência da conexão consciente atividades/motivos e a inexistência

de uma relação adequada para com a realidade objetiva. Isso é o que gera com frequência atos e sentimentos fora do controle da consciência, isto é, inconscientes, o que significa que a inconsciência da vivência consiste precisamente no fato de não penetrar no campo da consciência.

O que acaba por não penetrar no campo da consciência por conta desta inadequada relação com a realidade são as próprias bases objetivas das ações e da própria atividade. Essa inadequação outra coisa não é senão a expressão da ilusão ideológica que cria a falsa consciência, à qual a maioria dos homens não consegue opor resistência.

Colocando o problema do inconsciente no âmbito de uma perspectiva histórico-social, Sève afirma que a expressão do inconsciente se dá por meio de... “uma interpretação mistificada de uma realidade cuja verdadeira natureza permanece por compreender, aprisionando, assim, o homem dentro da ilusão, da alienação e da dependência” (Sève, 1979, p. 493). Portanto, suas verdadeiras raízes encontram-se na produção da vida material e nas relações que dela resultam de tal modo que a gênese da inconsciência não atende a uma ordem psicológica mas sim social, objetiva e prática.

O desenvolvimento da atividade encontra-se ainda imbricado a um outro, isto é, ao desenvolvimento das capacidades. Toda atividade pressupõe capacidades que cada vez em maior medida vão pressupondo e condicionando a própria atividade. Mas a atividade, para além de ser exercício de capacidades, é igualmente a passagem, a mediação prática de uma necessidade a um produto, exprimindo de início, do ponto de vista ontogenético, a necessidade de dado objeto, para em seguida e de modo sempre crescente produzir novas necessidades.

Conforme afirmam Smirnov et al. (1960, p. 434-435), a divisão e a especialização do trabalho têm conduzido à especialização das capacidades humanas, o que as coloca sob um absoluto condicionamento histórico-social. Assim sendo, as capacidades não são *dons* do indivíduo mas produtos da história humana. Os homens constroem suas capacidades à medida que conquistam as objetivações humanas, desenvolvendo-se por meio destas aquisições que se generalizam e ampliam as possibilidades de novas apropriações e objetivações. O autêntico desenvolvimento do homem constitui uma consolidação, um progresso e o resultado de suas capacidades e aptidões.

Este desenvolvimento se efetua em relação direta com a apropriação de conhecimentos, mas a apropriação de conhecimentos não é necessariamente coincidente com o desenvolvimento de capacidades, embora entre ambos existam correlações e interdependências. Falamos em desenvolvimento de capacidades quando a assimilação de determinados conhecimentos implica a estruturação de condições internas e externas que originem novas assimilações, das quais resultem novas condições, e assim sucessivamente. Assim, o desenvolvimento de capacidades transcende o sentido utilitário do conhecimento e da ação e, por isso, implica sempre possibilidades de análises, sínteses e generalizações.

### 3. O desenvolvimento da personalidade e o problema social da alienação

Dado o exposto, temos que a estrutura da atividade resultante das relações que se estabelecem entre elas representa o cerne da personalidade que se desenvolve processualmente no transcurso das relações ativas indivíduo-mundo, e segundo Martins (2001, p. 149-151) os princípios gerais que regem esse desenvolvimento compreendem: as especificidades dos vínculos do indivíduo com o mundo, o grau e a organização da hierarquização de atividades com relação aos motivos e o grau de subordinação dessa organização à consciência sobre si e à autoconsciência.

O primeiro princípio é representado pela qualidade dos vínculos do indivíduo com o mundo, vínculos estes que abarcam suas relações para com as condições objetivas de sua existência, que ocorre em dada família, dada classe social, dada nação, dada época etc. Esses vínculos circunscrevem as situações do seu desenvolvimento abarcando um vasto conjunto de atividades, a partir das quais se vão construindo suas estruturas motivacionais e emocionais, que contêm em si as bases das relações que sustentam a cadeia de acontecimentos que levam à sua formação como personalidade.

A análise da qualidade desses vínculos não pode levar em consideração apenas a dimensão quantitativa – em que medida é amplo ou não o mundo que se descortina para o indivíduo –, mas demanda considerar, acima de tudo, o conteúdo das relações objetivas e sociais que esses vínculos representam, tendo em vista que esses conteúdos

são condicionados pelo patrimônio de apropriações que é posto à disposição da pessoa. Portanto, a qualidade desses vínculos se encontra na dependência das atividades que sustentam o processo de personalização, na base das quais os significados sociais e o sentido pessoal encontram alguma unidade ou se alienam, empobrecendo a existência dos indivíduos.

O segundo princípio refere-se ao grau e à organização da hierarquização das atividades com relação aos motivos. Considerando-se que não existem atividades sem motivos, temos que, por meio das atividades, os motivos vão se organizando dinamicamente, constituindo-se como linhas motivacionais orientadoras dos vínculos com o mundo. Essas linhas motivacionais em relação com as atividades que as sustentam é que vão criando uma unidade relativamente estável no processo de personalização, possibilitando ao indivíduo colocar-se, por meio da consciência, perante seus próprios motivos e, assim, estabelecer um norte para sua vida.

A compreensão de si, o re-conhecimento permanente que o processo de personalização demanda, exige o confronto mediado pela consciência entre atividades e motivos, sem o qual impossível se torna a organização da atividade em torno de motivos vitais, isto é, tendo em vista o atendimento de motivos geradores de sentido para a vida. A desarticulação entre atividades e motivos ou a inexistência desta unidade na personalidade cria as condições internas para que o homem viva fragmentariamente, em consonância com motivos-estímulo em detrimento dos motivos vitais.

Entretanto, a tomada de consciência destes motivos em forma de conceitos, de idéias, não se opera por si mesma, mas no controle exercido pela consciência sobre as atividades que colocam o indivíduo em relação com suas condições objetivas de existência. Pressupõe, portanto, que o homem possa refletir-se a partir dos conceitos e significados de que se vai apropriando, objetivando-os para além dos limites de sua existência individual, ou seja, em sua objetivação como ser genérico, o que nos conduz ao terceiro princípio que rege o desenvolvimento da personalidade, qual seja, o grau de subordinação dessa organização à consciência sobre si e à autoconsciência.

Segundo Leontiev (1978b, p. 176) a consciência sobre si, como qualquer outro conhecimento, compreende a delimitação de proprie-

dades externa e internas resultantes de comparações, análises e generalizações sintetizadas num sistema de representações sobre si, que se vai constituindo ao longo das etapas do desenvolvimento, ainda que originariamente em formas sensoriais não-conscientes, culminando num conhecimento dos traços ou das propriedades individuais. A autoconsciência por sua vez implica, para além do conhecimento sobre si, o estabelecimento e o sistema de relações sociais no qual se insere o indivíduo. Pressupõe o conhecimento sobre si em suas intersecções com o mundo circundante, pelo qual o indivíduo se reconhece na realidade mais ampla na mesma medida em que a reconhece em si.

Entendemos que o nível de consciência sobre si se fecha no âmbito da individualidade em-si, da particularidade, ao passo que o da autoconsciência, sem preterir o primeiro, supera-o, permitindo ao homem a efetivação de sua essência como um ser que trabalha, consciente, universal e livre.

Porém, sob relações sociais de dominação, quando os processos de apropriação e objetivação são alienados e alienantes, a particularidade torna-se o eixo a partir do qual o homem singular organiza sua existência. Nestas circunstâncias essa particularidade se revela alienada, embotando e limitando o pleno desenvolvimento tanto da consciência sobre si quanto da autoconsciência.

A superação da particularidade alienada demanda, por conseguinte, o estabelecimento de uma relação consciente para com a genericidade, pois apenas por esta via poderá o homem estabelecer relações cada vez mais conscientes para com as diferentes formas pelas quais, objetiva e subjetivamente, reproduz sua vida.

Pelo exposto, temos que o grau de subordinação da hierarquização de atividades e motivos aos níveis de consciência sobre si e autoconsciência se coloca na dependência de estar determinado pela particularidade, pela individualidade em si ou tendo em vista a genericidade para-si.

Contudo, o desenvolvimento máximo de cada personalidade não pode ser analisado senão pelo reconhecimento da mediação nele exercida pelas relações sociais existentes, o que se traduz pelo fato de que o pleno desenvolvimento da personalidade humana implica necessariamente uma transformação radical das relações sociais de-

terminadas pela alienação. Sève (1979, p. 272-278) analisando a essência social da personalidade o faz dedicando especial atenção à relação que liga o salário ao trabalho, resgatando o preceito marxiano segundo o qual a alienação rompe a articulação necessária entre o trabalho e seu resultado na medida em que as necessidades às quais corresponde a atividade produtiva não são as do indivíduo que produz, da mesma forma que o salário que este recebe pelo seu trabalho, meio social pelo qual atende suas necessidades, não corresponde ao trabalho realizado. Esta contradição social objetiva cria contradições nos próprios fundamentos da personalidade na medida em que trabalho deixa de ser manifestação do indivíduo. O processo pelo qual o indivíduo produz sua vida material não lhe garante a expressão de sua força criadora e conseqüentemente autocriadora. Daí resulta que nas condições de alienação os indivíduos não são sujeitos do desenvolvimento de suas capacidades individuais, do seu crescimento como pessoas, de tal forma que a personalidade, por não se manifestar efetivamente em função de suas propriedades, de suas necessidades e aspirações, não pode revelar-se como livre e superior manifestação da individualidade. Por este processo se funda o hiato entre motivos e finalidades, uma vez que a individualidade e conseqüentemente a personalidade, encontrando-se condicionadas pelo valor de troca, põem-se ao nível de mercadoria, o que significa sua própria negação.

Em contrapartida, poderíamos supor que este empobrecimento ocorresse apenas no âmbito do trabalho social, restando ainda ao indivíduo o poder de determinação no nível de sua vida pessoal. Tal fato entretanto não é verdadeiro; vejamos por quê.

Primeiro: porque não é no nível da vida cotidiana que o indivíduo se coloca na presença das forças produtivas mais desenvolvidas e mais decisivas, por onde poderia desenvolver inteiramente suas capacidades individuais. Segundo Heller (1970) a vida cotidiana representa a vida do homem singular na heterogeneidade de suas atividades, na qual este operacionaliza todas as suas capacidades, suas habilidades, emoções e sentimentos, valores, idéias e ideologias. Neste nível, pelo próprio dinamismo dessa heterogeneidade, tais propriedades não podem expressar-se em toda sua intensidade tendendo à estagnação, uma vez que a nenhuma delas é possível dedicar a concentração necessária ao seu pleno desenvolvimento.

Segundo: porque, na medida em que o homem não pode ter no trabalho a livre manifestação de si, passa a “trabalhar para viver na mesma medida em que vive para trabalhar” (Sève, 1979, p. 279), convertendo sua vida pessoal num mero espaço de reprodução da força de trabalho.

Terceiro: pelas próprias razões anteriores, ou seja, pelo seu condicionamento histórico-social, a vida pessoal reflete o sistema da produção social, da divisão social do trabalho, enfim a *economia doméstica* reflete a *economia política*, de tal forma que as próprias relações interpessoais na esfera da vida familiar, das relações entre os sexos, da amizade, do tempo livre etc. acabam se estruturando também na base de um “complexo sistema de trocas” em que impeça a fetichização.

Portanto, o empobrecimento da individualidade humana sob condições de alienação abarca tanto sua expressão no âmbito do trabalho social quanto no âmbito da vida pessoal, uma vez que a ordem de relações políticas e econômicas subordina a si o próprio desenvolvimento do psiquismo. Por esse processo os indivíduos deixam de ser autores e se convertem em co-atores de sua própria vida.

Na medida em que a alienação é característica inerente à organização social capitalista, sua ação sobre a vida dos indivíduos revela-se como um problema de grau, que tanto será maior ou menor quanto o indivíduo puder compreender sua existência para além da particularidade, ou seja, puder superar sua condição particular em direção à condição humano-genérica.

É a serviço desta superação que a educação se põe, segundo Vásquez (1977, p. 160), como trabalho de educação das consciências, a quem cumpre o papel de ser, para além de um processo meramente pedagógico, um processo prático e revolucionário.

Isso significa que, apenas à medida que os indivíduos puderem retomar para si o controle consciente das transformações das circunstâncias e de si mesmos, estarão a caminho da necessária prática revolucionária, condição essencial na superação da alienação e para o pleno desenvolvimento da personalidade. Esse processo pressupõe que o indivíduo aprenda a reconhecer as articulações entre seus atos, seus motivos e fins, colocando-os em relação com suas conseqüências reais, que se revertem tanto para si quanto para os ou-



tros. É na análise dessas articulações que as expressões ideológicas da alienação poderão ser identificadas. Tal fato é imprescindível, pois a luta contra a alienação apenas começa quando sua existência é reconhecida e assumida, então não mais de forma passiva porém crítica.

Numa sociedade em que as relações capitalistas predominam de uma forma quase universal, o sistema de atividades configurador da personalidade encontra-se, para a grande maioria das pessoas, marcado pelo hiato entre atividades concretas e abstratas com decisivo predomínio das segundas sobre as primeiras. Se temos que as atividades concretas se caracterizam pelas possibilidades que encerram de humanização dos indivíduos, permitindo-lhes a plena manifestação de si e as atividades abstratas pelas possibilidades que ensejam de meramente garantir sua sobrevivência e reprodução (e pelas quais a sua força de trabalho, a sua existência produtiva, converte-se em mercadoria), esse predomínio outra coisa não representa senão o impedimento de que os indivíduos sejam sujeitos inteiros e existam, portanto, inteiramente humanos.

A cisão criada pela alienação no interior da personalidade acaba por opor a atividade psicológica a si mesma, posto que os universos de significação social e pessoal que co-habitam no indivíduo se tornam cada um deles o instrumento de negação do outro, comprometendo de forma decisiva a articulação entre as principais dimensões da atividade humana, isto é, entre suas dimensões objetiva e subjetiva.

Embora não seja objetivo específico deste texto discutir os conteúdos da psicologia correntemente ensinados nos cursos de formação de psicólogos, pedagogos e psicopedagogos, toda a argumentação aqui apresentada pretende ser uma contribuição para a problematização desses conteúdos. Sob a égide da ideologia neoliberal é imprescindível a crítica ao que se produz e se ensina em nome de uma psicologia da personalidade que localiza suas bases reais nos recônditos da subjetividade humana, perdendo assim de vista que seus fundamentos, suas relações internas essenciais, não se encontram no indivíduo tomado isoladamente, mas sim no mundo social, que de diferentes formas estabelece as condições para seu desenvolvimento.

*Recebido em novembro de 2003 e aprovado em março de 2004.*

## Nota

1. É importante destacar que os trabalhos desses dois pesquisadores apresentam explícitas conexões. Nos escritos de ambos encontram-se referências aos trabalhos um do outro.

## Referências bibliográficas

- DUARTE, N. *A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo*. Campinas: Autores Associados, 1993.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970.
- LEONTIEV, A.N. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978a.
- LEONTIEV, A.N. *Actividad, conciencia y personalidad*. Buenos Aires: Ciencias del Hombre, 1978b.
- MARTINS, L.M. *Análise sócio-histórica do processo de personalização de professores*. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.
- RUBINSTEIN, S.L. *El desarrollo de la psicología: principios y métodos*. Habana: Pueblo y Educacion, 1978.
- SÈVE, L. *Marxismo e a teoria da personalidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979. 3v.
- SMIRNOV, A et al. *Psicologia*. México: Grijalbo, 1960.
- VASQUEZ, A.S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.